

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇAS - 2011

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO - BTR (32) - Bancada do PSDB e representações partidárias do DEM, PPS, PHS, PRTB, PR, PRP, PTC, PTdoB e PTB

Líder: Deputado Bonifácio Mourão (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Luzia Ferreira (PPS), João Vítor Xavier (PRP), Cássio Soares (PRTB), Fred Costa (PHS) e Rômulo Viegas (PSDB)

BLOCO MINAS SEM CENSURA (23) – Bancadas do PT e PMDB e representações partidárias do PRB e PCdoB

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputados Gilberto Abramo (PRB), Ivair Nogueira (PMDB), Paulo Lamac (PT) e Ulysses Gomes (PT)

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL - BPS (17) - Bancada do PV e representações partidárias do PSL, PSB, PMN, PSC e PP

Líder: Deputado Tiago Ulisses (PV)

Vice-Líderes: Deputados Hely Tarquínio (PV), Antonio Lerin (PSB), Duilio de Castro (PMN) e Rômulo Veneroso (PV)

PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Deputado Sargento Rodrigues

Vice-Líder: Deputado Gustavo Perrella

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares (DEM)

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Antônio Júlio (PMDB)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Leonardo Moreira (PSDB), Neider Moreira (PPS), Dalmo Ribeiro Silva (PSDB), Deiró Marra (PR) e Luiz Henrique (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa
Deputado Délio Malheiros
Deputado Bonifácio Mourão
Deputado Neider Moreira
Deputado Rogério Correia
Deputado Ivair Nogueira
Deputado Fred Costa

BTR
BPS
BTR
BTR
MSC
MSC
BTR

Presidente
Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Valadares
Deputado Hely Tarquínio
Deputado Carlos Mosconi
Deputada Luzia Ferreira
Deputado Paulo Lamac
Deputado Bruno Siqueira
Deputado Sebastião Costa

BTR
BPS
BTR
BTR
MSC
MSC
BTR

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Almir Paraca
Deputado Pompílio Canavez

MSC
MSC

Presidente
Vice-Presidente



Deputada Liza Prado	BPS
Deputado João Leite	BTR
Deputado Sebastião Costa	BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elismar Prado	MSC
Deputado Paulo Lamac	MSC
Deputado Romeu Queiroz	BPS
Deputado Anselmo José Domingos	BTR
Deputado Neider Moreira	BTR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Bruno Siqueira	MSC	Vice-Presidente
Deputado Cássio Soares	BTR	
Deputado Delvito Alves	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputada Rosângela Reis	BPS	
Deputado André Quintão	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana	BTR
Deputado Gilberto Abramo	MSC
Deputado Bosco	BTR
Deputado Arlen Santiago	BTR
Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Délio Malheiros	BPS
Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado	MSC	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Tenente Lúcio	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ulysses Gomes	MSC
Deputado Neilando Pimenta	BTR
Deputado Doutor Wilson Batista	BPS
Deputado Luiz Henrique	BTR
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT

COMISSÃO DE DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias -

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado
Deputado
Deputado
Deputado
Deputado

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado
Deputado



Deputado
Deputado
Deputado

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputada Liza Prado	BPS	Vice-Presidente
Deputado Duílio de Castro	BPS	
Deputado Carlos Henrique	MSC	
Deputado Antônio Júlio	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romel Anísio	BPS	
Deputada Rosângela Reis	BPS	
Deputado Antônio Lerin	BPS	
Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	
Deputado Vanderlei Miranda	MSC	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	MSC	Presidente
Deputado Paulo Lamac	MSC	Vice-Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	
Deputado Antônio Genaro	BPS	
Deputado Delvito Alves	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara	MSC	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	
Deputado Duílio de Castro	BPS	
Deputado João Leite	BTR	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	BTR	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Carlin Moura	MSC	
Deputado Paulo Lamac	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputada Maria Tereza Lara	MSC	
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu	BTR	Presidente
Deputado Tadeuzinho Leite	MSC	Vice-Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	



Deputado Adelmo Carneiro Leão MSC
Deputado Gustavo Perrela PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BTR
Deputada Bruno Siqueira MSC
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado André Quintão MSC
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Zé Maia BTR Presidente
Deputado Doutor Viana BTR Vice-Presidente
Deputado Romel Anísio BPS
Deputado João Vítor Xavier BTR
Deputado Antônio Júlio MSC
Deputado Ulysses Gomes BMC
Deputado Gustavo Perrela PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BTR
Deputado Gustavo Corrêa BTR
Deputado Tiago Ulisses BPS
Deputado Cássio Soares BTR
Deputado Rogério Correia MSC
Deputado Ivair Nogueira BMC
Deputado Sargento Rodrigues PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Célio Moreira BTR Presidente
Deputado Duarte Bechir BPS Vice-Presidente
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Gustavo Corrêa BTR
Deputado Sávio Souza Cruz MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Deiró Marra BTR
Deputado Hely Tarquínio BPS
Deputado Doutor Viana BTR
Deputado Zé Maia BTR
Deputado Ivair Nogueira MSC

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 11 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Sávio Souza Cruz MSC Presidente
Deputado Tiago Ulisses BPS Vice-Presidente
Deputado BTR
Deputado Antônio Carlos Arantes BPS
Deputado Carlos Henrique MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes MSC
Deputado Rômulo Veneroso BPS
Deputado Dalmo Ribeiro Silva BTR



Deputado Fábio Cherm
Deputado Antônio Júlio

BPS
MSC

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão
Deputado Fred Costa
Deputado Bosco
Deputado Antônio Lerin
Deputado Carlin Moura

MSC Presidente
BTR Vice-Presidente
BTR
BPS
MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo Carneiro Leão
Deputado João Leite
Deputado Sebastião Costa
Deputado Rômulo Veneroso
Deputado Celinho do Sinttrocel

MSC
BTR
BTR
BPS
MSC

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes
Deputado Fabiano Tolentino
Deputado Rômulo Viegas
Deputado Romel Anísio
Deputado Doutor Viana

BPS Presidente
BTR Vice-Presidente
BTR
BPS
BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romeu Queiroz
Deputado Luiz Humberto Carneiro
Deputado Bonifácio Mourão
Deputado Antônio Lerin
Deputado Rogério Correia

BPS
BTR
BTR
BPS
MSC

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir
Deputada Ana Maria Resende
Deputado Luiz Henrique
Deputado Deiró Marra
Deputado Gilberto Abramo

BPS Presidente
BTR Vice-Presidente
BTR
BTR
MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes
Deputado João Leite
Deputado Bosco
Deputada Luzia Ferreira
Deputado Antônio Júlio

BPS
BTR
BTR
BTR
MSC

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi
Deputado Hely Tarquínio
Deputado Doutor Wilson Batista
Deputado Neider Moreira

BTR Presidente
BPS Vice-Presidente
BPS
BTR



Deputado Adelmo Carneiro Leão MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana BTR
Deputado Tiago Ulisses BPS
Deputado Duílio de Castro BPS
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Almir Paraca MSC

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado João Leite BTR Presidente
Deputada Maria Tereza Lara MSC Vice-Presidente
Deputado Zé Maia BTR
Deputado Cássio Soares BTR
Deputado Sargento Rodrigues PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira BTR
Deputado Durval Ângelo MSC
Deputado Célio Moreira BTR
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado Tenente Lúcio PDT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT Vice-Presidente
Deputado Romeu Queiroz BPS
Deputado Pompílio Canavez MSC
Deputado Tadeuzinho Leite MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Duarte Bechir BPS
Deputado Sargento Rodrigues PDT
Deputado Antônio Genaro BPS
Deputado Celinho do Sinttrocel MSC
Deputado Sávio Souza Cruz MSC

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Adalclever Lopes MSC Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel MSC Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado Célio Moreira BTR
Deputado Anselmo José Domingos BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Henrique MSC
Deputado Carlin Moura MSC
Deputado Fábio Cherem BPS
Deputado Gustavo Corrêa BTR
Deputado Deiró Marra BTR

**COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO****Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente Lúcio	PDT	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Vanderlei Miranda	MSC	
Deputado Ulysses Gomes	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Perrela	PDT	
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Hélio Gomes	BPS	
Deputado Tadeuzinho Leite	MSC	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado	Presidente
Deputado	Vice-Presidente
Deputado	
Deputado	
Deputado	
Deputado	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado
Deputado
Deputado
Deputado
Deputado
Deputado

Ouvidor Parlamentar:

SUMÁRIO**1 - ATAS**

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**5 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE****6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA****7 - ERRATA**



ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DE ANTÔNIO CARLOS BARROS MARTINS PARA PRESIDENTE DA FHEMIG, EM 30/3/2011

Às 14h47min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Hely Tarquínio, Neider Moreira, Carlos Mosconi, Adelmo Carneiro Leão e Bruno Siqueira, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado João Vítor Xavier. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Neider Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública do Sr. Antônio Carlos Barros Martins, indicado ao cargo de Presidente da Fhemig-, à apreciação do parecer e à discussão e à votação de proposições da Comissão. A Presidência convida o Sr. Antônio Carlos Barros Martins para tomar assento à mesa e concede a ele a palavra para sua explanação. Após a exposição do convidado, o Presidente passa a palavra ao Deputado Carlos Mosconi, relator, e aos demais parlamentares presentes, que fazem seus questionamentos, conforme consta nas notas taquigráficas. O Deputado Carlos Mosconi, com a palavra, faz a leitura do seu parecer, o qual conclui pela aprovação da indicação do nome do Sr. Antônio Carlos Barros Martins para o cargo de Presidente da Fhemig. Após discussão e votação, é o parecer aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de março de 2011.

Hely Tarquínio, Presidente - Carlos Mosconi - Neider Moreira - Bruno Siqueira - Adelmo Carneiro Leão.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/4/2011

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Dalmo Ribeiro Silva e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ulysses Gomes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o parecer pela aprovação, com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 195/2011 (relator: Deputado Tenente Lúcio). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 304, 321 e 333/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja formulado voto de congratulações com o governo do Estado pela atração de investimentos na planta industrial da Iveco, em Sete Lagoas. É adiada a votação do requerimento do Deputado Luiz Carlos Miranda em que solicita reunião de audiência pública para debater com os acionistas da Usiminas o que está previsto para a siderúrgica em Ipatinga, a requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, aprovado pela Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente - Rômulo Viegas - Ulysses Gomes.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/4/2011

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Antônio Júlio e Duílio de Castro, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Bonifácio Mourão e Gustavo Valadares. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Liza Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duílio de Castro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o reajuste da tarifa de energia elétrica no Estado e o uso do medidor inteligente de consumo dessa energia; e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios da Superintendência de Relações Institucionais da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel -, justificando a ausência de representante desse órgão nesta reunião; da Câmara Municipal de Bicas, encaminhando moção de repúdio ao serviço prestado pela Cemig nesse Município; e da Câmara Municipal de Pouso Alegre, encaminhando documentação referente ao processo licitatório de contratação da empresa Consladel e cópia de requerimentos do Vereador Laércio Faria Machado em que solicita informações sobre os radares e o sistema de sinalização de trânsito instalados pela Prefeitura desse Município. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 444/2011, no 1º turno, para cuja relatoria designou o Deputado Délio Malheiros. A Presidência interrompe os trabalhos



ordinários da reunião para ouvir os Srs. Luiz Henrique Michalick, Ronalde Xavier Moreira Júnior e Daniel Senna Guimarães, respectivamente, Diretor de Relacionamento Institucional e Comunicação, Gerente de Tarifas e Gestor de Novas Tecnologias da Cemig; Márcio Barbosa de Rezende, Superintendente da Assessoria de Representação e Distribuição da Cemig, representando o Sr. Djalma Bastos de Moraes, Diretor-Presidente dessa empresa; Edson Antenor Lima Paula, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor da Área de Serviços; Jairo Nogueira Filho, Coordenador-Geral do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais - Sindieletrô -; Fernando Ferreira Duarte, Economista do Dieese; a Sra. Solange Medeiros, Diretora de Assuntos Comunitários e Organização de Núcleos de Bairros do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais, representando a Sra. Lúcia Pacífico, Presidente dessa entidade; os Srs. Marcelo Rodrigo Barbosa, Coordenador do Procon Assembleia; Tadeu José de Mendonça, Diretor-Geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais - Ipem-MG -; e Gilmar Coelho, Assessor Técnico desse Instituto, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Antônio Júlio, um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2011.

Délio Malheiros, Presidente - Rosângela Reis - Celinho do Sinttrocel.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/4/2011

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Corrêa, Délio Malheiros, Ivair Nogueira, Neider Moreira e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sargento Rodrigues e Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ivair Nogueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou o relator citado a seguir: Projetos de Lei nºs 191 e 210/2011, no 1º turno (Deputado Neider Moreira). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 191/2011, com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Neider Moreira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 217, 230, 232, 260, 261, 263, 276, 277, 278, 315, 316, 324, 336 e 337/2011, este com a Emenda nº 1, em que solicita seja encaminhado pedido de providência à Secretária de Estado de Planejamento e Gestão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Rogério Correia, em que solicita a realização de audiência pública para que o intendente da Cidade Administrativa preste informações a respeito do acesso de servidores à referida sede, no que se refere a transportes e outros problemas apontados por eles. Solicita, ainda, sejam convidados representantes dos servidores públicos. A Presidência recebe, para posterior apreciação, requerimentos dos Deputados Bonifácio Mourão, em que solicita a realização de audiência pública para discutir a ausência de instituições bancárias oficiais em mais de 300 Municípios de nosso Estado; Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja convidada a Sra. Andréa Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral, a comparecer a esta Comissão para expor sobre o planejamento e a estrutura da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais; Rogério Correia, em que solicita a realização de audiência pública para discutir a situação anômala dos servidores da Secretaria de Saúde de Minas Gerais que foram reposicionados conforme a carreira criada nos anos de 1992 e 1994, e não conforme previsto nas Leis nºs 15.462/2005 e 15.786/2005 e no Decreto nº 45.274/2009, art. 3º; e Sargento Rodrigues(2), em que solicita a realização de audiência pública para fornecer informações à Comissão sobre a opção pelo subsídio para os servidores civis da Polícia Militar, bem como discutir as condições remuneratórias e da carreira desses servidores; e para apurar denúncias de irregularidades no processo de terceirização do Hospital Militar - HPM - e garantir a manutenção da qualidade do seu atendimento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2011.

Gustavo Corrêa, Presidente - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - Sebastião Costa - Rogério Correia.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/4/2011

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)
(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 53/2011, do Deputado Almir Paraca, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Fundação Educacional Caio Martins pedido de informações detalhadas sobre as ações implementadas para a revitalização e modernização, bem como para a atualização metodológica e pedagógica da Fundação. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 123/2011, do Deputado Almir Paraca, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e ao IEF-MG pedido de informações sobre os aportes, a destinação e a efetiva utilização dos recursos do Bolsa Verde, desde a sua constituição pela Lei nº 17.727 e sua regulamentação pelo Decreto nº 45.113, de 5/6/2009. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 139/2011, do Deputado Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre os fatos ocorridos durante a operação realizada pela Polícia Militar na madrugada do dia 19/2/2011, na Vila Marçola, Aglomerado da Serra, que culminaram com a morte de dois moradores. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Doutor Antônio Abrahão Caram Filho para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de José Élcio Santos Monteze para o cargo de Diretor-Geral do DER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Gerson Barros de Carvalho para o cargo de Diretor-Geral do DEOP-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Tadeu José de Mendonça para o cargo de Presidente do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Jorge André Periquito para o cargo de Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de José Geraldo Oliveira Silva para o cargo de Presidente da Fundação Educacional Caio Martins. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Ana Maria Pacheco para o cargo de Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Carlos Alberto Pavan Alvim para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Coronel PM Eduardo Mendes de Sousa para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Altino Rodrigues Neto para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Luiz Afonso Vaz de Oliveira para o cargo de Presidente da Ruralminas. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Irene de Melo Pinheiro para o cargo de Presidente da Fundação Helena Antipoff. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Solanda Steckelberg Silva para o cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de José Cláudio Junqueira Ribeiro para o cargo de Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Marilena Chaves para o cargo de Presidente da Fundação João Pinheiro. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Antônio Carlos Barros Martins para o cargo de Presidente da Fhemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 20.342, que autoriza o Igam a doar ao Centro Polivalente de Atividades Sociais, Culturais e Ambientais, com sede no Município de Unai, o imóvel que especifica. (Faixa



constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Neider Moreira opinou pela manutenção do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 6/2011, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 18.682, de 28/12/2009, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, e com a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 601/2011, do Deputado Arlen Santiago, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Salinas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 13/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 386/2011, do Deputado Luiz Henrique.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 601/2011, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 359/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 41, 134, 139 e 145/2011, do Deputado Elismar Prado.

Requerimento n° 375/2011, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 13/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n°s 360/2011, do Deputado Doutor Viana; 365/2011, do Deputado Inácio Franco.

Finalidade: discutir a terceirização de atividades praticadas na silvicultura, como cultivo de mudas, plantio, conservação, corte, carvoejamento e transporte, com a presença dos convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 13/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n°s 357/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 361 e 362/2011, do Deputado Duílio de Castro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e 20 horas do dia 13/4/2011, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, a saber: Indicações, feitas pelo Governador do Estado, do nome do Doutor Antônio Abrahão Caram Filho para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae - MG -; do nome de José Elcio Santos Monteze para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG -; e do nome de Gerson Barros de Carvalho para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop-MG; e Requerimentos n°s 53/2011, do Deputado Almir Paraca, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Fundação Educacional Caio Martins pedido de informações detalhadas sobre as ações implementadas para a revitalização e modernização, bem como para a atualização metodológica e pedagógica da referida Fundação, 123/2011, do Deputado Almir Paraca, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e ao IEF-MG pedido de informações sobre os aportes, a destinação e a efetiva utilização dos recursos do Bolsa Verde, desde a sua constituição pela Lei n° 17.727 e sua regulamentação pelo Decreto n° 45.113, de 5/6/2009, e 139/2011, do Deputado Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre os fatos ocorridos durante a operação realizada pela Polícia Militar na madrugada do dia 19/2/2011, na Vila Marçola, Aglomerado da Serra, que culminaram com a morte de dois moradores; e na 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei n° 20.342, que autoriza o Instituto de Gestão e Águas - Igam - a doar ao Centro Polivalente de Atividades Sociais, Culturais e Ambientais - Cepasa -, com sede no Município de Unai, o imóvel que especifica; e dos Projetos de Lei n°s 6/2011, do Governador do Estado, que dá nova redação



ao art. 4º da Lei nº 18.682, de 28/12/2009, e dá outras providências, e 601/2011, do Deputado Arlen Santiago, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Salinas o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 12 de abril de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Duarte Bechir, Gustavo Corrêa e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/4/2011, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 246/2011, do Deputado Elismar Prado, de votar, em turno único, o Requerimento nº 302/2011, do Deputado Doutor Viana, os Requerimentos nºs 373/2011, 374/2011, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2011.

Célio Moreira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 12/2011

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Celinho do Sinttrocel, Doutor Viana e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/4/2011, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 12/2011, da Deputada Liza Prado e outros, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2011.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Cássio Soares, Sargento Rodrigues e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/4/2011, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2011.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Antônio Genaro, Delvito Alves e Luiz Carlos Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião com convidados a ser realizada em 14/4/2011, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de obter esclarecimentos sobre transferências de policiais militares sem obediência ao devido processo legal, em especial os casos do 3º-Sgt. PM Agnaldo Pereira da Silva, do Município de Matozinhos para o de Poços de Caldas, do Cb. PM Alexandre Dias Félix, do Município de Matozinhos para o de Unai, e do Major PM Antônio José Zinato, do Município de Belo Horizonte para o de Uberaba.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fabiano Tolentino, Doutor Viana, Romel Anízio e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/4/2011, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, com a presença de convidados, as alterações previstas para o Código Florestal Brasileiro relacionadas com o setor produtivo mineiro e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2011.

Antônio Carlos Arantes, Presidente.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Cássio Soares, Sargento Rodrigues e Zé Maia, membros da Comissão de Segurança Pública; os Deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Doutor Viana, Romel Anízio e Rômulo Viegas, membros da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, para a reunião a ser realizada em 15/4/2011, às 10 horas, no Sindicato dos Produtores Rurais de Pará de Minas, com a finalidade de debater, em audiência pública, denúncias de furto de gado na região Centro-Oeste, Alto Paranaíba e demais regiões do Estado e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2011.

João Leite, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 213/2011

Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Relatório

O projeto de lei em análise, de autoria do Deputado Elismar Prado, “dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Recuperação de Empresas – Pró-Cooperação – sob gestão de trabalhadores, e dá outras providências” e é resultado do desarquivamento do Projeto de Lei nº 712/2007.

Examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou, vem agora o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 102, inciso XIII, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise pretende instituir a Política Estadual de Incentivo à Recuperação de Empresas sob a Gestão de Trabalhadores, denominada Pró-Cooperação.

Seus objetivos são evitar a desativação de empreendimentos econômicos por motivo de crise econômico-financeira, gerencial, tecnológica ou comercial; combater o desemprego, o desaquecimento econômico e a queda da arrecadação tributária e incentivar a gestão dos trabalhadores em todos os níveis da atividade econômica das empresas em processo de recuperação. Pretende-se alcançar essas metas por meio dos instrumentos definidos no art. 4º da proposição, quais sejam apoio creditício, assistência técnica, promoção e comercialização do produto e certificado de origem e qualidade dos produtos destinados à comercialização.

De fato, ao tratar de medida de incentivo à gestão, pelos trabalhadores, de empresas em processo de recuperação, o projeto revela especial preocupação com o combate ao desemprego e à queda na produção econômica e na arrecadação tributária, o que está em sintonia com os princípios gerais da atividade econômica estabelecidos no art. 170 da Constituição da República.

O número de empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão aumentou significativamente nos últimos anos no Brasil. Muitas dessas empresas nascem de crises ou fechamento de empresas devido a sérios problemas legais ou financeiros e, a partir da organização coletiva de seus trabalhadores, são refundadas sob a égide da autogestão.

A maior parte é organizada como cooperativa, por ser esta a forma jurídica mais próxima de sua concepção, como empreendimento de propriedade coletiva.

A recuperação de empresas por trabalhadores tem sido uma opção de enfrentamento do desemprego estrutural experimentado nas regiões mais industrializadas, e a preocupação com o emprego é o eixo orientador dessas empresas. Seus trabalhadores, em geral oriundos de empresas que não conseguiram acompanhar os avanços do capitalismo, buscam modernizá-las, incorporando as novas dimensões técnicas, tecnológicas e de gestão. Esse modelo tem ensejado a superação de inúmeras dificuldades não só de ordem econômico-financeira, mas também relacionadas às barreiras institucionais e à conciliação de interesses diversos.

Tais empreendimentos foram se constituindo e funcionando sem o apoio do Estado, salvo raras exceções como, por exemplo, os programas de economia solidária de alguns poucos governos estaduais e municipais.

Verifica-se que a principal limitação para esses empreendimentos é a falta de capital. Como são empreendimentos novos, têm dificuldade de acesso às linhas de financiamento disponibilizadas pelos agentes financeiros. Apesar de essas empresas possuírem vantagens como a garantia de mercado consumidor e a “expertise” dos trabalhadores, o acesso a recursos financeiros de grande monta a custos baixos é determinante para sua sobrevivência. Herdeiras de parques industriais antigos, muitas vezes obsoletos, as autogestionárias enfrentam sérias dificuldades de financiamento da produção e de realização de novos investimentos, o que prejudica sua capacidade de sobrevivência no mercado. Sem os recursos necessários, fica mais difícil a participação nos leilões, que, aos poucos, vão arrematando o patrimônio da antiga empresa.

O processo de recuperação de uma empresa por trabalhadores em regime de autogestão enfrenta inúmeras outras dificuldades, como aquelas relativas às mudanças culturais da passagem dos modelos clássicos de organização e de gestão hierárquica do processo de trabalho para um novo modelo de efetiva participação dos trabalhadores, de acordo com os princípios, valores e práticas históricas da cooperação e da autogestão. Eles precisam reorganizar o processo de trabalho em cooperação, assumir a direção e modificar os processos decisórios do empreendimento em regime de autogestão, o que requer formação sistemática dos associados, novos conhecimentos e experimentação democrática e de gestão.



Além disso, novas habilidades precisam ser desenvolvidas nos processos de administração e de gerência das empresas em crise, tendo em vista que normalmente ocorre perda de parte de profissionais desses setores que não aderem aos processos de recuperação em regime de autogestão. Tal realidade exige que os trabalhadores da base da produção tenham de se capacitar em curto espaço de tempo para conhecer, gerir e realizar novas atividades e desenvolver capacidades decisórias necessárias na relação entre produção e distribuição, sobretudo nas relações com os mercados.

Para dar continuidade às atividades econômicas, mantendo-se competitivas nos mercados, as empresas precisam reestruturar social e tecnicamente os processos produtivos ou de serviços, o que requer experiência acumulada, formação e apoio técnico e administrativo especializados. Para tanto, precisam recuperar a imagem e a confiança no empreendimento junto a fornecedores - de crédito, insumos e matérias-primas - e aos antigos clientes - compradores ou distribuidores dos produtos e serviços. Em relação ao crédito, além da necessidade de recuperação da credibilidade junto a fornecedores para acesso imediato a capital de giro, tais empresas necessitam de linhas específicas de investimentos para a adequação e atualização da base tecnológica e para o desenvolvimento de novos produtos e serviços, bem como para a aquisição da “massa falida”.

Outros desafios relacionam-se às questões judiciais decorrentes.

O governo federal criou em 2005, no âmbito do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE –, a Ação de Apoio à Recuperação de Empresas pelos Trabalhadores em Autogestão, que visa contribuir para a consolidação da Economia Solidária no Brasil e para a inclusão e organização produtiva autogestionária dos trabalhadores de empresas recuperadas ou em crise. A ação é destinada aos trabalhadores que se interessam em arrendar essas empresas e depois adquirir o seu patrimônio para recuperá-las ou àquelas empresas que já se encontram em processo de recuperação. Tal programa propicia a participação em cursos de capacitação, oficinas temáticas e intercâmbios de trabalhadores ou estágios cooperativos e é executado pela União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil - Unisol-Brasil - e pela Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão - Anteag. Segundo dados divulgados pelo MTE, foram investidos R\$1.000.000,00 na ação de Recuperação de Empresas pelos Trabalhadores em Autogestão, em 2006. As empresas recuperadas respondem por cerca de 310 milhões de dólares de faturamento ao ano, reunindo 409 empreendimentos no País. O Sistema de Informações em Economia Solidária - Sies - identificou 134 empresas recuperadas, com o total de 11.348 trabalhadores ocupados. Essas iniciativas expressam a possibilidade concreta de recuperação de postos de trabalho com a manutenção de instalações, máquinas e equipamentos para a geração de renda, o pagamento de impostos e tributos, entre outros, por meio do processo de reconversão de empresas falidas ou em situação de crise falimentar.

Na maioria dos casos, esse processo apresenta bons resultados econômicos e sociais, comprovados em várias experiências nacionais e internacionais. Isso ocorre porque, além da experiência acumulada e da disposição dos trabalhadores associados em promover a ação de recuperação, os empreendimentos autogestionários têm à sua disposição uma parte do capital necessário para dar continuidade às suas atividades econômicas, tais como: infraestrutura física, equipamentos e outros bens necessários à produção e prestação de serviços, além do valor da marca dos produtos e serviços.

De fato, verifica-se a necessidade de formulação e implementação de políticas visando à criação de um ambiente propício à prosperidade das iniciativas de recuperação de empresas através da autogestão. O BNDES tem sido o agente de crédito praticamente exclusivo do segmento. Aquelas que apresentam condições organizacionais de acessar a linha de financiamento do BNDES conseguem aprimorar os aspectos relativos à gestão e ao processo produtivo. O acesso ao apoio do Banco, contudo, é muitas vezes limitado por problemas jurídicos e financeiros decorrentes do processo de recuperação.

A formulação de leis que regulem as empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão é imprescindível para que essas empresas se desenvolvam segundo esse modelo. Caso contrário, para responder às exigências de uma legislação construída para outro modelo de empresa, as autogestionárias tendem a se descaracterizar gradualmente.

Por fim, entendemos que a Política Estadual de Incentivo à Recuperação de Empresas sob a Gestão de Trabalhadores – Pró-Cooperação – representa um importante avanço e contribuirá para que as empresas autogestionárias tenham mais chances de sobrevivência no cenário atual.

Uma política estadual para propiciar mecanismos realmente efetivos no reerguimento de uma empresa em dificuldades, portanto, combate o desemprego, o desaquecimento econômico-empresarial e a queda de arrecadação tributária, entre outros transtornos. Além do mais, tal política estadual tem o condão de evitar que a empresa se utilize do instituto da recuperação judicial, nos moldes do diploma jurídico-falimentar previsto na Lei nº 11.101, de 2005.

A Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, enfatizou ser importante reconhecer o ponto de equilíbrio entre os Poderes Executivo e Legislativo no estabelecimento de políticas públicas: “embora a formulação e a instituição de políticas públicas sejam competência do Poder Executivo, o estabelecimento de diretrizes que nortearão a instituição dessas políticas é competência do Poder Legislativo”. Seguindo esse raciocínio, apresentou o Substitutivo nº 1. Assim, “é facultado ao legislador enunciar as regras básicas de dada política governamental, pois é próprio da função normativa estabelecer os balizamentos que vincularão as ações do Executivo. Entretanto, cabe a este estabelecer e implementar essa política, seguindo as diretrizes e orientações fixadas pelo Parlamento”. Concordes com essa visão, acatamos o Substitutivo nº 1.

Entendemos, além disso, que as medidas propostas também são carregadas de relevante significado social e econômico. Por essas razões, o projeto deve prosperar nesta Casa.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 213/2011 na forma do Substitutivo nº 1, proposto pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente e relator - Rômulo Viegas - Ulysses Gomes.

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 438/2011****Comissão de Administração Pública
Relatório**

De autoria do Deputado Célio Moreira, o Projeto de Lei nº 438/2011 “dispõe sobre a afixação de placas em cartórios, sobre a isenção das taxas de emolumentos cartorários, dispostos nas Leis nºs 12.461, de 1997, e 13.643, de 2000, e dá outras providências”.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 26/2/2011, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

A Comissão de Constituição e Justiça exarou parecer concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Cumpramos agora a esta Comissão emitir parecer sobre o mérito da matéria, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, I, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em estudo obriga os serviços de registro de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas a afixar, em local visível, cartaz informando sobre a isenção da taxa de emolumento prevista nas Leis nºs 12.461, de 1997, e 13.643, de 2000.

Como salientado pela Comissão de Constituição e Justiça, os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público, podendo o Estado, que é o delegante dos serviços em questão, fixar normas que aperfeiçoam a dinâmica de tais serviços, mas que não dizem respeito a registro público, como no projeto em estudo.

Entendemos que a norma em questão é uma medida de proteção ao usuário dos serviços notariais e de registro, pois garante a transparência na cobrança dos emolumentos. Com a exposição clara, nas dependências do cartório, dos benefícios a que tem direito, fica fácil para o consumidor calcular ou conferir os valores dos serviços de que necessita.

Por fim, ressaltamos que o cidadão, na condição de consumidor, nos termos da Lei Federal nº 8.078, de 1990, conhecida como Código de Proteção e Defesa do Consumidor, tem o direito à informação adequada e clara sobre os diferentes serviços públicos que recebe, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço; à proteção contra a publicidade enganosa e contra métodos comerciais desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento dos serviços; à modificação das cláusulas que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas; à efetiva prevenção e reparação de danos contra si; ao acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de quaisquer danos; à facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova a seu favor; e à adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral. O art. 22 do citado código assegura ao usuário dos serviços públicos que “os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos”, garantia que se aplica aos serviços notariais e de registro.

Observamos, portanto, que a proposição é meritória e guarda sintonia com os preceitos que orientam o serviço de registro e a proteção e defesa do consumidor, razão pela qual opinamos pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que aprimorou a proposição original, atendendo ao princípio da consolidação das normas jurídicas.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 438/2011 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2011.

Gustavo Corrêa, Presidente - Bonifácio Mourão, relator - Neider Moreira - Ivair Nogueira.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

- O Sr. Presidente despachou, em 12/4/2011, a seguinte comunicação:

Do Deputado Bonifácio Mourão, notificando a indicação do Deputado João Vítor Xavier, como membro efetivo da Comissão de Minas e Energia, em substituição ao Deputado Leonardo Moreira.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 11/4/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:



Gabinete do Deputado André Quintão

exonerando Darklane Rodrigues Dias do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas.

Gabinete do Deputado Duarte Bechir

exonerando Geni Mendonça Domingos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
nomeando Antônio Claret Toledo Negreiros para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Duílio de Castro

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 31/3/11, que exonerou Ramos José Aparecido Teixeira de Andrade do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
exonerando Ramos José Aparecido Teixeira de Andrade do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Fábio Cherm

exonerando, a partir de 11/4/11, Jônatas Gomes Guimarães do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
nomeando Maria Rosangela Silveira Peret para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Sávio Souza Cruz

exonerando Adriana Ferreira dos Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
nomeando Janser Silva Batista para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Tiago Ulisses

nomeando Geni Mendonça Domingos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.
Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:
tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 31/3/11, que nomeou Ramos José Aparecido Teixeira de Andrade para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão VL-36, código AL-EX-01, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no Gabinete do Deputado Duílio de Castro, Vice-Líder do BPS;
nomeando Ramos José Aparecido Teixeira de Andrade para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Duílio de Castro, Vice-Líder do BPS.
Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, da Resolução nº 5.203, de 19/3/02 e 5.305, de 22/6/07, assinou os seguintes atos:
exonerando, a partir de 12/4/11, Maira da Cunha Pinto Colares do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Sem Censura;
nomeando Darklane Rodrigues Dias para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Sem Censura.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2011

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 006/2011

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que, em virtude de alterações no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto a contratação de empresa operadora de TV por assinatura, a cabo, a sessão pública virtual fica adiada para as 14h30min do dia 27/4/2011.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2011.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2010

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 67/2010

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que em virtude de alterações no edital do Pregão Eletrônico em epígrafe, que tem como objeto contratação de empresa para a prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação, a sessão pública virtual fica adiada para as 14h30min do dia 3/5/2011.



Belo Horizonte, 12 de abril de 2011.
Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.



ERRATA

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/4/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 7/4/2011, na pág. 97, col. 1, sob o título “Requerimentos”, no Requerimento nº 362/2011, onde se lê:

“fundador e atual Presidente dos Gideões Missionários da Assembleia de Deus do Estado de Minas Gerais”, leia-se:

“Presidente da Igreja Assembleia de Deus de Camboriú (SC) e fundador e atual Presidente dos Gideões Missionários da Última Hora de Camboriú (SC)”.